

## **SEGURANÇA CIDADÃ PARA CONSTRUIR A PAZ NO BRASIL**

Um dos maiores problemas do Brasil nos dias atuais é a violência. Como em tudo no Brasil, ela atinge de forma muito mais brutal os jovens das classes pobres e grupos historicamente vítimas de preconceito social e institucional, como os negros. A falta de respostas fomenta o medo e abre espaço ao populismo punitivo, que propõe o aumento de penas, a redução da maioria penal, a flexibilização do controle de armas, o descontrole sobre a atuação das polícias e a militarização da Segurança.

Grande parte das conquistas em redução da mortalidade infantil estão sendo perdidas na morte em massa da juventude brasileira, em especial os jovens de periferia e negros. Somos hoje o 6º país mais perigoso para um adolescente viver. Ao mesmo tempo, a população carcerária cresceu mais de 300% nos últimos 30 anos, num processo de criminalização e encarceramento em massa das classes excluídas, como preceitua o receituário neoliberal. Depois de um período de estabilização e queda, ao longo dos primeiros 8 anos de governo do PT, as taxas de homicídio voltaram a crescer, chegando a inacreditáveis 60.000 mortes ao ano.

Ao mesmo tempo, esse é talvez o mais importante tema para as classes médias. Enquanto estes setores podem procurar alternativas privadas para a saúde e educação, elas esperam que o Poder Público lhes garanta o direito básico de viver sem violência. Ainda assim, a privatização da segurança é uma realidade, garantindo o crescimento da indústria da segurança privada, a disseminação de condomínios fechados e a desocupação do espaço público.

Nossos 12 anos de Governo trouxeram avanços importantes, como o Estatuto do Desarmamento e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, implementado durante o segundo governo Lula, com o aporte de mais de R\$ 5 bilhões em ações de prevenção, repressão qualificada e formação dos policiais e a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que juntos deram forma a um novo paradigma para a redução da violência na democracia.

Precisamos retomar as propostas construídas, com intensa participação da sociedade civil, no Plano Nacional de Segurança Pública de 2001 e no Programa Segurança Para o Brasil, apresentado na eleição presidencial de 2002, especialmente em relação aos seguintes pontos:

I - O enfoque preventivo precisa ser defendido e demonstrado como principal caminho para a redução da violência. Precisamos retomar com prioridade a política de controle e entrega voluntária de armas de fogo, estruturar e fortalecer políticas territorializadas integradas de proteção e prevenção à violência em relação às crianças e adolescentes, fortalecer as Guardas Municipais para a gestão dessas políticas preventivas, em parceria com os municípios.

II - É inadmissível que, depois de 12 anos de governos de esquerda, o sistema carcerário brasileiro permaneça com padrões medievais de tratamento da população carcerária, dando margem ao domínio de facções criminais e a práticas cotidianas de violência contra os presos. É preciso reverter a lógica de encarceramento em massa, através da estruturação de políticas verdadeiramente qualificadas de alternativas à prisão e a construção de uma rede de programas sociais consistente para os egressos do sistema prisional.

III - fortalecimento da Integração das Polícias Cíveis e Militares e do controle externo dos órgãos policiais por meio de Ouvidorias autônomas, o fim dos tribunais militares, a criação de corregedoria única, externa e independente.

IV - Da mesma forma, precisamos superar as péssimas condições de trabalho e os baixos salários daqueles que atuam nas ruas, tanto nas Polícias Militares, quanto nas Polícias Cíveis. Existe um fosso que separa as carreiras de Delegados e de Oficiais, da grande massa de trabalhadores da Segurança que atuam no dia a dia, nas ruas do nosso país. Precisamos criar uma estratégia urgente de valorização e formação dos policiais das ruas. Uma reforma que incorpore as propostas de carreira única, discuta o ciclo completo e redefina o modelo de investigação criminal.

V - A formação policial tem um papel estratégico. É por meio dela que podemos superar a herança autoritária e construir uma concepção de policiamento e de

polícia adequados para os padrões democráticos, estimulando a formação de lideranças, o engajamento para a construção de uma cultura de paz, e com as habilidades necessárias para a criação de vínculos com as comunidades e as redes de serviços sociais.

VI - É urgente a criação de incentivos a participação das mulheres e negro(a)s nas instituições policiais e mecanismos que garantam a sua presença nos espaços de decisão das instituições e sua chegada aos níveis mais elevados das carreiras.

VII - Precisamos superar o pesado fardo da Ditadura Militar, que nos legou um sistema de Segurança Pública sem transparência, sem participação social e orientado para práticas reativas de policiamento, isso sem falar das absurdas taxas de letalidade policial, os abusos e a tortura praticados pela polícia. Precisamos superar o falso antagonismo entre Direitos Humanos e Segurança Pública, criado pela Doutrina de Segurança Nacional. Na democracia, um não existe sem o outro.

A manutenção das Forças Armadas como superiores hierárquicas do policiamento ostensivo representa uma herança autoritária. Neste tema, é um triste retrocesso o aumento de competências das Forças Armadas na Segurança Pública promovidos pelas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Como todas as democracias desenvolvidas, precisamos valorizar nossas polícias e não retroceder ao militarismo.

VIII - Da mesma forma, é preciso repensar a política de drogas do Brasil. A Guerra às Drogas é a responsável pelo maior extermínio de vidas na América Latina, desde a colonização europeia. Manter a atual política só interessa aos que lucram dinheiro e votos fomentando o medo e o ódio. Este debate precisa ser feito sem preconceitos morais ou religiosos, mas com a estruturação de estratégias eficazes em educação sobre o tema, para efetivamente empoderar os adolescentes com informações; políticas de cultura, esporte e lazer para a juventude, e políticas de saúde mental para aqueles que precisarem de apoio do Estado.

Para retomar a iniciativa nesta área é preciso atuar com um foco prioritário e urgente na redução de homicídios, via a constituição de um pacto nacional que reúna os três entes federativos, o empresariado democrático, as igrejas e os movimentos sociais, em torno de propostas concretas para a melhoria da elucidação e responsabilização criminal dos homicídios e de prevenção à violência nas áreas de maior vitimização.

O PT veio para mudar a história do Brasil e esse é um dos temas mais urgentes que precisamos enfrentar. Uma sociedade com medo sempre será uma sociedade disponível para o populismo penal e para alternativas fascistas. Precisamos mobilizar os setores progressistas para a construção de uma alternativa humanista para reduzir a violência em nosso país.

Por isso, propomos que o PT convoque um Encontro Especial nacional, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, com a participação de especialistas, intelectuais, ativistas e profissionais da área, para construir um projeto profundo para a Segurança Pública para o Brasil, com base nas propostas aqui defendidas.

Fortalecendo a cidadania e efetivando direitos, o PT venceu a fome e está vencendo a miséria no Brasil. Chegou a hora de vencer a violência!

Alberto Kopittke – Vereador PT Porto Alegre

Camila Nunes Dias – Socióloga e Professora da UFABC

César Barreira - Sociólogo e Professor da UFCE

Daniel Cerqueira – Economista e Pesquisador do IPEA

Eduardo Batitucci - Sociólogo e Pesquisador da Fundação João Pinheiro

Jacqueline de Oliveira Muniz - Antropóloga e Professora da UFF

Jacqueline Sinhoretto – Socióloga e Professora da UFSCAR

Joana Vargas - Socióloga e Professora da UFRJ

José Carlos Moreira da Silva Filho – Jurista, Pesquisador e Professor da PUCRS

José Luiz Ratton - Sociólogo e Professor da UFPE

José Vicente Tavares dos Santos – Sociólogo e Professor da UFRGS

Julita Lemgruber - Socióloga e Coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Universidade Cândido Mendes (RJ)

Kátia Sento Sé Mello – Antropóloga e Professora da UFRJ

Letícia Godinho de Souza - Cientista Política e Diretora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro

Ludmila Ribeiro – Socióloga e Professora da UFMG

Marco Cepik - Cientista Político e professor da UFRGS

Michel Misse - Sociólogo e Professor da UFRJ

Robson Sávio Reis Souza – Filósofo e Professor da PUC-MG

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – Sociólogo e Professor da PUCRS